JORNALISMO E HUMANIZAÇÃO: HERANÇAS EUROCÊNTRICAS NO PENSAR E NO FAZER JORNALÍSTICOS

[ARTIGO]

Jorge Kanehide Ijuim
Universidade Federal de Santa Catarina

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este trabalho, de caráter ensaístico, traz à discussão a influência de heranças eurocentristas na formação do pensamento e no fazer jornalísticos. Como a imprensa trata o indígena e o negro? A partir deste questionamento, desenvolvo um debate a respeito de traços socioculturais incorporados pela população desde a colonização e, conseqüentemente, por profissionais do jornalismo. Ao percorrer a história da construção de uma identidade nacional, seleciono alguns fenômenos que incidem sobre o comportamento da imprensa: a dominação do índio e a escravidão africana. Por meio do diálogo com referências da antropologia, da sociologia e do jornalismo, esta reflexão me permitiu constatar uma postura que compromete os preceitos dos direitos humanos, que desumanizam o jornalismo.

Palavras-chave: Jornalismo e Sociedade. Modelos Jornalísticos. Epistemologia. Humanização.

This essay discusses the influence of Eurocentric legacies in the formation of thinking and making journalism. How does the press treat Indian and Black people? From this question, I analyze the sociocultural traits that have been incorporated by the population and journalists since the colonization. In tracing the history of the construction of a national identity, this paper verifies some phenomena that affect the press: Indian domination and African slavery. With an interdisciplinary approach involving Anthropology, Sociology and Journalism, this reflection allows to see conducts that compromises human rights precepts, and can dehumanize journalism.

Keywords: Journalism and Society. Journalistic Models. Epistemology. Humanization.

Este ensayo reflexiona sobre la influencia de herencias eurocéntricas en la formación del pensamiento y del quehacer periodísticos. ¿Cómo la prensa ha tratado al indígena y al negro? A partir de este cuestionamiento, desarrollaremos un debate acerca de los rasgos socioculturales incorporados por la población desde la colonización y, consecuentemente, por profesionales del periodismo. Al recorrer la historia de la construcción de una identidad nacional, seleccionaremos algunos fenómenos que inciden sobre el comportamiento de la prensa: la dominación del indígena y la esclavitud africana. Por medio del diálogo con referenciales teóricos de la Antropología, de la Sociología y del Periodismo, se constata una postura que compromete los preceptos de los derechos humanos, que deshumanizan el periodismo.

Palabras clave: Periodismo y Sociedad. Modelos Periodísticos. Epistemología. Humanización.

Oh, musa do meu fado,
 Oh, minha mãe gentil,
 te deixo consternado
 no primeiro abril.
 Mas não sê tão ingrata!
 Não esquece quem te amou
 e em tua densa mata
 se perdeu e se encontrou.
 Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal:
 Ainda vai tornar-se um imenso Portugal!

“Sabe, no fundo eu sou um sentimental.
 Todos nós herdamos no sangue lusitano
 [uma boa
 dosagem de lirismo (além da sífilis, é
 [claro].
 Mesmo quando as minhas mãos estão
 [ocupadas em
 torturar, esganar, trucidar, o meu
 [coração fecha os
 olhos e sinceramente chora...”
 [...]
 Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal:
 Ainda vai tornar-se um império colonial!
 (Chico Buarque)

Ideário de um império colonial

Nos versos escritos para *Calabar* no teatro, em 1973, em plena ditadura militar, certamente Chico Buarque se referia, no subtexto e no contexto daquele momento histórico, a outro império e a outros mecanismos imperialistas. A riqueza e o teor crítico do texto, no entanto, com a devida licença poética, são fiéis às narrativas de homens lúcidos, como de seu pai, Sérgio Buarque de Holanda. E, por isso mesmo, inspira a abertura deste trabalho.

O descobrimento do Brasil, ou a invasão, ou o “achamento” do Brasil, como preferia dizer Darcy Ribeiro (1995), plantou aqui uma semente do pensamento eurocentrista que definiu a maneira como se constituiria uma identidade nacional. Tal ideário se manifesta em pleno Século XXI de várias maneiras – em nossa visão de mundo, em nossa ideia de nação. Manifesta-se especialmente nas formas de nosso relacionamento com o outro. Se a imprensa é fatia do mesmo bolo social que ela serve e, por isso, reflete o pensamento de expressiva parcela desta sociedade, como nos lembra Alberto Dines (2008), seu produto pode tanto elevar o nível de consciência de sua audiência como pode conservar (ou até amplificar) estigmas e preconceitos. Diante dessa preocupação, lanço aqui uma questão inicial: como a imprensa trata o indígena e o negro?

Proponho neste trabalho, de caráter ensaístico, um debate a respeito de traços socioculturais eurocentristas incorporados pela população desde a colonização e, consequentemente, por profissionais do jornalismo. Ao percorrer a história da construção de uma identidade nacional, seleciono alguns fenômenos que incidem no comportamento da imprensa: a dominação do índio, a escravidão africana. Por meio do diálogo com referências da antropologia, da sociologia e do jornalismo, especialmente com Ribeiro (1995), Santos (2002, 2009) e Medina (2008), esta reflexão visa a compreender uma postura de setores conservadores da imprensa (*mainstream*) que, em princípio, tem comprometido os preceitos dos direitos humanos, que desumanizam o jornalismo.

Como o pensamento moderno incide sobre o pensar e o fazer jornalísticos? Como o colonizador e seu projeto colonial/

imperialista atuaram para a construção de uma noção de país? Que marcas esses fenômenos deixaram para a constituição de um pensamento nacional, que interferem no comportamento da imprensa brasileira?

Terra de Santa Cruz

Para entender o sentido do Brasil, é interessante especular nossas origens, como fez tão bem Darcy Ribeiro (1995):

Os índios perceberam a chegada do europeu como um acontecimento espantoso, só assimilável em sua visão mítica do mundo. Seriam gente de seu deus sol, o criador – Maíra –, que vinha milagrosamente sobre as ondas do mar grosso. Não havia como interpretar seus desígnios, tanto podiam ser ferozes como pacíficos, espoliadores ou dadores. Provavelmente seriam pessoas generosas, achavam os índios. Mesmo porque, no seu mundo, mais belo era dar que receber. Ali, ninguém jamais espoliaria ninguém e a pessoa alguma se negava louvor por sua bravura e criatividade (p. 42).

Neste excerto de *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, Ribeiro descreve de maneira lapidar o palco em que seria, ao longo dos séculos, encenada a história de dominação e apropriação da Terra de Santa Cruz.

A bula do Papa Nicolau V, de 1454, já autorizara (e estimulava) a “invadir, conquistar, subjugar a quaisquer sarracenos e pagãos, inimigos de Cristo, suas terras e bens, a todos reduzir à servidão e tudo praticar em

utilidade própria e dos seus descendentes” (Baião, 1939 apud Ribeiro, 1995, p. 40). No mesmo sentido, Boaventura de Sousa Santos lembra que, diante da questão – “o índio tem alma?”, “o Papa Paulo III respondeu afirmativamente na bula *Sublimis Deus*, de 1537, fê-lo concebendo a alma dos povos selvagens como um receptáculo vazio, uma *anima nullius*” (SANTOS, 2009, p. 29). Santos complementa que isso era muito semelhante a *terra nullius*, o conceito de vazio jurídico que justificou a invasão e ocupação dos territórios indígenas. Autorizados pelo Vaticano e incentivados pelas venturas (e aventuras) de D. Manuel, os navegadores portugueses não tiveram quaisquer pruridos para a implantação do projeto colonial na nova *terra nullius* – terra de ninguém –, tanto em nome das novas cruzadas pela salvação de almas como em prol da grandeza de Portugal.

O projeto colonial, por um lado, foi um empreendimento do governo colonial aliado a particulares, que comercializavam com vários portos europeus; de outro, a universalização da cristandade como alternativa para a expansão europeia. A presença dos jesuítas teve papel relevante nos esforços para o estabelecimento de cativos indígenas, sob a justificativa da catequização dos nativos. A publicação *Brasil: 500 anos de povoamento*, editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), estima que, no momento do descobrimento, a população era de 2,4 milhões de índios. Alguns autores discordam da informação oficial e lançam, como diz Ribeiro (1995), uma “estimativa possível” de que, no ano de 1500, este contingente era de quatro a cinco milhões (CARVALHO, 2015; RIBEIRO, 1995). O censo populacional de 2010, do mesmo IBGE, dá conta de que este número estava em torno de 890 mil pessoas – 0,47% da população total do país.

Apenas a presença do europeu já teria sido fator fundamental para dizimar grande parte dessa população. Frágeis, ingênuos, sem noção da força desproporcional que enfrentavam e nada imunes às pestes que os portugueses já haviam experimentado, muitos morriam de doenças pelo simples contato com o europeu. Gripe, sarampo, rubéola, varíola (além da sífilis, é claro). As próprias missões religiosas, que reuniam centenas de cativos, foram fornecedoras de indígenas para o trabalho escravo. Cidades como Rio de Janeiro e a vila de São Paulo foram levantadas pela mão de obra de índios escravizados. Os que recusavam a servidão estavam fadados ao extermínio.

A ambição pelo lucro associada ao fato de a imigração ser predominantemente masculina fez o colonizador contar com o indígena como “objeto” em dois sentidos: o braço do índio para o trabalho e o ventre da índia para sua satisfação e procriação. Os filhos dessa “união”, os mamelucos, mais que miscigenação, geraram conflitos. Esse mestiço não era aceito nem em sua tribo original, nem entre os colonos, e se estabeleceu ali a primeira crise de identidade entre os novos brasileiros. No afã de terem reconhecimento e algum destaque, como eram exímios conhecedores das selvas, muitos se tornaram exploradores, decisivos nos esforços para a expansão da colônia. Hoje homenageados com nomes de logradouros e rodovias, como Raposo Tavares, Fernão Dias, Domingos Jorge Velho, a rigor foram “caçadores de índios”, que se deslocaram a partir de São Paulo para invadir missões, capturar refugiados e eliminar os hostis¹. Conhecidos na história contada

pelos vencedores como os bandeirantes, ao assumirem a brutalidade do invasor, tiveram extrema importância no alargamento do projeto colonial – além de Tordesilhas – e por dominar outros milhares de indígenas para serem repostos como força de trabalho.

A dizimação dos povos indígenas, portanto, teve ao longo dos séculos o estigma estabelecido nos primeiros contatos. Como narra Darcy Ribeiro (1995):

Aos olhos dos recém-chegados, aquela indiada louçã, de encher os olhos só pelo prazer de vê-los, aos homens e às mulheres, com seus corpos em flor, tinha um defeito capital: eram vadios, vivendo uma vida inútil e sem prestatia. Que é que produziam? Nada. Que é que amalhavam? Nada. Viviam suas fúteis vidas, como se neste mundo só lhes coubesse viver (p. 45).

A essência dessas ideias, ao que parece, foi preservada ao longo do tempo e permeia fortemente os discursos atuais de políticos, empresários, produtores rurais, empreendedores em nome da ordem e do progresso – muitas vezes reproduzida e enaltecida pela imprensa.

Escavidão

Da exploração inicial do pau-brasil, o interesse do colonizador se expandiu para a cultura da cana-de-açúcar – produto emergente em vários países da Europa – e o mercado de minérios. Para tanto, precisava de mais mão de obra, o que elevou à vocação portuguesa de uma economia escravocrata.

¹ Vale lembrar que a sede do Governo paulista leva o nome de “Palácio dos Bandeirantes”.

Conforme relatos de José Murilo de Carvalho (2015), calcula-se que até 1822 tenham sido introduzidos no país cerca de três milhões de negros africanos. Segundo estudos de Ribeiro (1995), suas origens eram bastante variadas, desde as culturas sudanesas, passando por Gâmbia, Serra Leoa, Costa do Marfim e Nigéria, alcançando Angola e Moçambique.

Após longas viagens em condições precárias, eram desembarcados e comercializados como gado, selecionados propositalmente para serem distribuídos às fazendas – nunca dois da mesma origem numa propriedade. Essa escolha impedia a comunicação entre eles e dificultava qualquer possibilidade de organização. Num processo que Ribeiro chamou de “moinhos de gastar gente”, assumiram trabalhos pesados e eram castigados sistematicamente – por eventual rebeldia ou por penas preventivas. Sob o signo do parasitismo imperialista, no dizer de Abdias do Nascimento, “ele [negro africano] plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca” (NASCIMENTO, 1978, p. 48).

Por estarem concentrados em áreas de intensa atividade mercantil, onde o índio escasseava, o negro exerceu papel preponderante na formação da sociedade local. Darcy Ribeiro (1995) descreve aquele ambiente de forma contundente:

Seu normal era aquela anomalia de uma comunidade cativa, que nem existia para si nem se regia por uma lei interna do desenvolvimento de suas potencialidades, uma vez que só vivia para outros e era dirigida por vontades e motivações externas, que o queriam degradar moralmente e desgastar fisicamente para usar seus membros homens como bestas de

carga e as mulheres como fêmeas animais (RIBEIRO, 1995, p. 117-118).

Neste contexto, o homem escravizado tinha baixa expectativa de vida, a mulher, a exemplo das índias, além de trabalhos pesados, no campo ou na “casa grande”, servia aos prazeres do senhor. Além de amamentar seus filhos mulatos, muitas vezes tornavam-se “mães de leite” dos outros filhos do patrão. Alguns autores são mais incisivos sobre a exploração da mulher negra:

São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor. [...] Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados... Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação (CARNEIRO, 2011).

O costume de manter prostitutas negro-africanas como meio de renda, comum entre os escravocratas, revela que, além de licenciosos, alguns se tornavam também proxenetas [cafetões] (NASCIMENTO, 1978, p. 61).

Com a dificuldade de comunicação entre si, os negros escravos, por esforços continuados, foram reconstruindo suas virtualidades de ser cultural pelo convívio de africanos de diversas procedências com a gente da terra. “O negro transita da condição de boçal – preso ainda à cultura autóctone e só capaz de estabelecer

uma comunicação primária com os demais integrantes do novo contorno social – à condição de *ladino* – já integrado na nova comunidade e na nova cultura” (RIBEIRO, 1995, p. 116). Boçal porque ainda não falava o português e, por isso, era tratado como ignorante. Ladino porque seu empenho e iniciativa o fizeram a aprender o idioma para poder se comunicar. Por isso mesmo, ao dominar a língua, as técnicas de trabalho do colonizador, as normas e os valores próprios da subcultura a que se via incorporado, o negro se transformou num importante agente de europeização no país.

Sobre esse longo processo de desumanização, Darcy Ribeiro (1995, p. 118) critica e lamenta: “O espantoso é que os índios como os pretos, postos nesse engenho deculturativo, consigam permanecer humanos. Só o conseguem, porém, mediante um esforço inaudito de autorreconstrução no fluxo do seu processo de desfazimento”.

Tanto Abdias do Nascimento como Sueli Carneiro refutam com veemência o “mito da democracia racial” do Brasil:

Há o reconhecimento geral do povo de que a raça negra foi prostituída, e prostituição de baixo preço. Já que a existência da mulata significa o “produto” do prévio estupro da mulher africana, a implicação está em que após a brutal violação, a mulata tornou-se só objeto de fornicação, enquanto a mulher negra continuou relegada à sua função original, ou seja, o trabalho compulsório. Exploração econômica e lucro definem, ainda outra vez, seu papel social (NASCIMENTO, 1978, p. 62).

No que diz respeito à mulher, em particular, Sueli Carneiro é enfática:

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto (CARNEIRO, 2011).

Assim, mesmo em pleno Século XXI, grande parcela da população não reconhece a mesclagem étnica, social e cultural do povo brasileiro. Tampouco tem a empatia para reconhecer e respeitar as crueldades do processo de dominação. Não reconhece as heranças e as contribuições de índios e africanos para a constituição do nosso país. O brasileiro não se reconhece como fruto dessa árvore típica e inédita, consequência de estratégias de exploração e, como argumenta Nascimento (1978), vitimada pelo genocídio físico, moral e cultural. E, por isso mesmo, o indígena e o negro ainda são estranhos a grande parcela da população.

Dos direitos do cidadão às práticas da imprensa

O sociólogo inglês Thomas Humphrey Marshall (1967) caracteriza a cidadania como o pleno exercício dos direitos civis, políticos e sociais. Carvalho (2015, p. 56) enfatiza que, com a proclamação da república, os direitos civis foram concedidos aos negros apenas “na lei”, pois, após a abolição, “aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos”.

Para compensar a ausência da mão de obra escrava, houve grande incentivo à imigração europeia. Assim, desembarcaram no país, a partir de 1850, contingentes expressivos de italianos, alemães, espanhóis e árabes; em 1908 tem início a imigração do Oriente. Como revela Renato Ortiz (2003, p. 31), “a política migratória, além de seu significado econômico, possui uma dimensão ideológica que é o branqueamento da população brasileira”. O mesmo autor salienta que, no princípio do século XX, instituiu-se entre a intelectualidade o que chama de “mito das três raças” (Ibidem, p. 39). Para ele, essa fábula é puramente simbólica, é linguagem, e não celebração.

Abdias do Nascimento (1978) também rejeita o “mito do africano livre”. A atirar os negros africanos e seus descendentes para fora da sociedade, “a abolição exonerou de responsabilidades os senhores, o estado, e a Igreja. Tudo cessou, extinguiu-se todo o humanismo, qualquer gesto de solidariedade ou de justiça social: o africano e seus descendentes que sobrevivessem como pudessem” (Ibidem, p. 65). Assim, a supremacia “branca” prevalece pelas décadas seguintes. Por quê?

Boaventura de Sousa Santos nos lembra que o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Este consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis são estabelecidas por linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos. A divisão é tal que o “outro lado da linha” desaparece enquanto realidade – torna-se inexistente – e é mesmo produzido como inexistente. O autor enfatiza que “inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível” (SANTOS, 2009, p. 23). A principal característica do

pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha, pois, para além da linha, há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não dialética.

No mesmo sentido, em *Sociologia das ausências e das emergências*, Santos (2002) sublinha que a geração de não existência foi acentuada na modernidade ao desenvolver uma razão indolente. A indolência está em impor ao todo o que é característica de uma das partes, ou seja, os interesses do homem ideal – europeu, branco, letrado, rico, dominador. Assim, essa razão gera distinções e hierarquias ao estabelecer monoculturas: do *saber*, que consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética; do *tempo linear*, impõe a ideia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos, quais sejam, progresso, modernização, desenvolvimento, crescimento e globalização; da *classificação social*, que assenta na monocultura da naturalização das diferenças e consiste na distribuição das populações por categorias que naturalizam hierarquias; da *escala dominante*, que entende que a escala adotada como primordial determina a irrelevância de todas as outras possíveis escalas, privilegia o universal e o global; a *lógica produtivista*, que se assenta na monocultura dos critérios de produtividade capitalista. Por isso, qualquer pessoa fora do padrão é invisível, não existe e, no caso do indígena e do negro, não precisa ser ouvido e respeitado.

Por essas razões, ao que parece, no desenvolvimento de um pensamento brasileiro prevaleceu a supremacia branca, como já alertou Ortiz (2003). O peruano Aníbal Quijano (2009) destaca que o eurocentrismo não é exclusivamente a perspectiva

cognitiva dos europeus, mas também do conjunto dos educados sob sua hegemonia.

Ainda que o contingente indígena reúna hoje cerca de 890 mil (IBGE, 2010), ainda que o número de negros e pardos (autodeclarados) tenha alcançado quase 70 milhões (47,5%) em 1991, a média da população mantém estigmas e preconceitos com “gente do seu próprio povo”. As políticas de promoção de igualdade racial do Ministério dos Direitos Humanos, desenvolvidas especialmente entre 2003 e 2016, por exemplo, foram vistas com desconfiança por boa parte dos brasileiros. Os programas de ação afirmativa, que visa a inclusão social por meio de reserva de vagas no ensino superior para negros, indígenas e pessoas de família em estado de vulnerabilidade social, têm sido alvo de questionamentos preconceituosos. A justificativa desses programas como medida para saldar uma dívida social não é aceita por tantos cidadãos educados sob a hegemonia eurocentrista. A lei supõe a socialização de um direito social (educação), a ampliação de oportunidades a uma parcela expressiva a quem sempre este direito foi negado. Mas a postura reacionária de tantos ainda é discriminatória e carregada de preconceitos. Esta “negação”, aliás, tem se intensificado nos últimos dois anos. Não à toa, um candidato à presidência, em 2018, fez manifestação nefasta e preconceituosa sobre “eventual” visita a um quilombo². Este mesmo político, já empossado presidente, afirmou que, “enquanto for presidente, não tem demarcação de terra indígena”³.

² Disponível em: <https://bit.ly/2MFzY3Y>. Acesso em: 30 maio 2020.

³ Disponível em: <https://bit.ly/2XMVIRK>. Acesso em: 30 maio 2020.

E como esse estado de coisas reflete na imprensa? Os estigmas e os preconceitos perpassam a mente de grande fatia da sociedade e, por consequência, pelo pensamento de muitos profissionais de imprensa. É bom lembrar que a imprensa moderna, como a conhecemos, teve suas bases alicerçadas no pensamento predominante positivista (europeu). Naquele período eram propostas “gramáticas presentes tanto na metodologia da pesquisa do conhecimento científico quanto na de captação e narrativa da contemporaneidade que se difunde nos meios de comunicação social” (MEDINA, 2008, p. 18). Um grande contributo da revolução científica vivida na Europa desde o século XVII foi um estado de espírito em que o saber é sinônimo de razão científica a serviço do progresso. Assim, os modelos jornalísticos ali germinados incorporaram tanto essa razão científica como uma visão de mundo divisionista em linhas abissais, como denuncia Santos.

Nas práticas jornalísticas, os influixos positivistas tiveram grande importância. Como aponta Cremilda Medina (2008, p. 26), “a reportagem jornalística recupera a experiência humana e traz a cena viva em contraponto à abstração das ideias ou a vã erudição”. O rigor científico se traduz nas salas de redação em trabalho de apuração e checagem de dados, com ganhos em precisão, entre outros benefícios. Por outro lado, essa racionalidade científica promoveu “efeitos colaterais” (igualmente incorporados aos modelos jornalísticos), como a ética da explicação a que Edgar Morin se contrapõe. Para o autor, a realidade é complexa e requer uma ética da compreensão (MORIN; LE MOIGNE, 2000).

Ora, as narrativas jornalísticas não podem se restringir ao relato de fatos e explicações de acontecimentos, mas necessitam de compreensão de fenômenos sociais. A compreensão exige contextualização – histórica, social, econômica, ecológica. Ao mesmo tempo, os esforços de compreensão proporcionam oportunidades de reflexão sobre aspectos morais de qualquer fenômeno social em foco.

Como nos ensina Nelson Werneck Sodré (1977), desde o *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa, passando pelos folhetins da colônia, e os jornais republicanos do Século XIX, a imprensa brasileira demonstrava um tom progressista. O sonho pela independência e, mais tarde, os movimentos abolicionista e republicano foram exemplos do empenho de jornalistas comprometidos com a emancipação social. A relação mais estreita com intelectuais e jornais da França e dos Estados Unidos da América – países que passaram naqueles tempos por grandes transformações – influenciaram a postura combativa e uma tendência à formação de opinião, como era comum aos jornais portugueses e franceses. Ao longo do século XX, no entanto, a assimilação do modelo norte-americano, fortemente embasado no direito à informação, fez predominar um jornalismo mais ágil, compacto, que privilegia mais a explicação que a compreensão. Em especial setores conservadores da Imprensa, que vêm sendo chamados de mídia *mainstream*, com raras exceções⁴, têm adotado uma postura que merece ser examinada de forma crítica. Diante dessas reflexões,

⁴ Entre as poucas exceções, podemos citar como bons exemplos Rubens Valente, repórter especial da *Folha de S. Paulo*, e Eliane Brum, que se afastou da grande imprensa e tem publicado artigos na edição brasileira do *El País*.

cabe retomar nossa questão inicial: como a imprensa trata o indígena e o negro?

O país recebeu um grande fluxo de refugiados nos últimos anos, por questões políticas ou por dificuldades econômicas em seus países de origem. Santa Catarina abrigou pelo menos dez mil haitianos dos 85 mil que vieram ao Brasil após o terremoto que abalou o Haiti em 2010. As notícias sobre esses imigrantes vão desde a superexploração no trabalho e o desrespeito às leis trabalhistas, o choque cultural, o preconceito porque passam, até sobre crimes comuns. Em vários casos, é possível verificar a estranheza com que são tratados. Vale a pena tentar imaginar o que passou pela cabeça do repórter que redigiu a matéria a seguir:

[Figura 1]

G1 Santa Catarina, 7 jan. 2015

Haitiano mata companheira com golpe de faca em Chapecó

Crime ocorreu na noite desta terça-feira (6), por volta das 22h30.

Homem aguardou a PM em frente à casa e não reagiu à prisão.

Um **haitiano**, morador de Chapecó, no Oeste de Santa Catarina, esfaqueou sua esposa na noite desta terça-feira (6), no bairro Efapi. Por volta das 22h30 a Polícia Militar do município recebeu a ligação de um vizinho do casal relatando o ocorrido. A mulher de 41 anos morreu no local antes da chegada dos policiais. Segundo a PM, o homem de 53 anos esperou os policiais em frente à casa onde morava com a esposa, também do Haiti, e não esboçou nenhum tipo de reação. O **haitiano** contou à polícia que os dois discutiam quando a mulher tentou agredi-lo com a faca. Em defesa, o marido tomou a arma e revidou o golpe. Conforme relato do suspeito, apenas um golpe foi desferido sob a vítima. O **haitiano** foi encaminhado à Delegacia de Chapecó (*G1 Santa Catarina*, 7 jan. 2015, grifos meus)⁵.

Parece muito improvável que alguém tenha lido alguma matéria em que um europeu ou norte-americano fosse citado tantas vezes. Note-se que o termo “haitiano” se repete quatro vezes no texto desde o título. As técnicas jornalísticas recomendam que uma fonte seja qualificada – nome, ocupação, eventualmente origem, características particulares. Ora, haitiano poderia constar apenas uma vez, ao caracterizar o personagem, mas não necessariamente no título. Esta repetição exagerada denota a intenção de esclarecer que o homem não é catarinense (catarinense não cometeria um crime?), mas, além disso, devo especular por conotação que, no fundo da mente desse repórter, está o

estigma de o “haitiano é negro”. O outro, o diferente que deve estar à margem.

Luiz Fernando Menezes, em projeto de iniciação científica no curso de Jornalismo da UFSC⁶, desenvolveu trabalho interessante que, depois, foi apresentado no *Intercom Júnior*, em 2016. O acadêmico, além de observar situações mais evidentes como este aqui citado, constatou sutilezas linguísticas entre o material que analisou. Seguem alguns títulos de reportagens e a ilustração de uma delas:

[Figura 2]

G1 Santa Catarina, 28 jun. 2015

Mais 27 haitianos desembarcam em Florianópolis neste domingo (*G1 Santa Catarina*, 28 ago. 2015, grifo meu)⁷.

⁵ Disponível em: <https://glo.bo/3f1FuKv>. Acesso em: 30 maio 2020.

⁶ Sob minha orientação.

⁷ Disponível em: <https://glo.bo/2Y47t5h>. Acesso em: 30 maio 2020.

Santa Catarina receberá **mais** 10 imigrantes haitianos até o fim de semana (*Diário Catarinense*, 24 jun. 2015, grifo meu)⁸.

Prefeitura de Florianópolis vai **protestar** contra envio de imigrantes (*G1 Santa Catarina*, 24 maio 2015, grifo meu)⁹.

É perceptível que a ênfase do “mais 27 haitianos” e “mais 10 imigrantes” leva à audiência uma noção de sobrecarga, de saturação, mas também conota indignação do jornalista diante da necessidade de conviver com “mais” estranhos. No terceiro título, o “protestar” supõe a concordância do repórter com a necessidade de “dar um basta” nesse processo migratório. Situações como estas me fazem acreditar que o brasileiro estende seu preconceito com nosso afrodescendente a outros negros, como os haitianos. E setores da imprensa têm se encarregado de reforçar e amplificar tais preconceitos.

Sobre os indígenas, tenho observado – e registrado em outros trabalhos¹⁰ – o mesmo tom discriminatório em reportagens. Notem-se as mesmas sutilezas linguísticas nos títulos a seguir:

Índios **invadem** mais 12 fazendas e criam novo foco de tensão no Estado (*Campo Grande News*, 26 out. 2013, grifo meu)¹¹.

⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3cvT5rt>. Acesso em: 30 maio 2020.

⁹ Disponível em: <https://glo.bo/30aczE>. Acesso em: 30 maio 2020.

¹⁰ A exemplo do artigo “Imprensa, indígenas versus ruralistas: as tensões entre o modelo desenvolvimentista e o bom viver (tekove porã)”, um estudo em parceria com Antônio Hilário Aguilera Urquiza e Moema Guedes Urquiza (2016), publicado na revista *Extraprensa*.

¹¹ Disponível em: <https://bit.ly/3eR82WY>. Acesso em: 30 maio 2020.

Índios **invadem** mais 2 fazendas em Japorã e ateiam fogo em uma delas (*Campo Grande News*, 27 out. 2013, grifo meu)¹².

Índios **invadem** mais uma fazenda; já são 14 e PF vai ao local para negociar (*Campo Grande News*, 27 out. 2013, grifo meu)¹³.

Índios **invadem** fazendas e provocam tensão em MS (*Correio do Estado*, 27 ago. 2015, chamada de 1ª página, grifo meu)¹⁴.

Indígenas **invadem** nove fazendas e ameaçam ocupar mais propriedades (*Correio do Estado*, 27 ago. 2015, Caderno Cidades, p. 15, grifo meu)¹⁵.

[Figura 3]

Campo Grande News, 26 out. 2013

¹² Disponível em: <https://bit.ly/371jaOx>. Acesso em: 30 maio 2020.

¹³ Disponível em: <https://bit.ly/303DRrk>. Acesso em: 30 maio 2020.

¹⁴ Disponível em: <https://bit.ly/2ML1htN>. Acesso em: 30 maio 2020.

¹⁵ Disponível em: <https://bit.ly/2ML1htN>. Acesso em: 30 maio 2020.

Em conflitos entre ruralistas e índios no Mato Grosso do Sul, em 2015, a imprensa regional publicou de maneira intensa os episódios que culminaram com a morte de uma liderança indígena. Observa-se em todos esses títulos a persistência na noção de “invasão” à propriedade privada. Em tais reportagens – nada equilibradas –, os produtores rurais são tratados como vítimas da barbárie de “invasores”.

As estratégias desses jornais são surpreendentes para representar ao leitor a ideia de “justiça”. O trecho desta reportagem exemplifica essa ênfase:

Proprietário retoma fazenda e índio morre em confronto

Antônio João – Batalha na Fazenda Barra, ontem à tarde, teve um índio morto e ao menos dez feridos.

A disputa por terra entre índios e fazendeiros, no município de Antônio João, teve ontem seu episódio mais grave. Um grupo de aproximadamente 100 pessoas ligadas aos proprietários rurais retornou a Fazenda Barra ocupada, até então, por centenas de índios. Ambos os lados estavam armados, havia espingardas e pistolas e arco e flecha. No confronto, morreu Simeão Vilhalva, um dos líderes guarani kaiowá, atingido por um disparo na cabeça. Ao menos outros dez indígenas ficaram feridos no confronto (*Correio do Estado*, 30 ago. 2015, chamada de 1ª página)¹⁶.

¹⁶ Disponível em: <https://bit.ly/2ML1htN>. Acesso em: 30 maio 2020.

[Figura 4]
Correio do Estado, 30 ago. 2015

O repórter trata de maneira acrítica o fato de a ação ser praticada por “100 pessoas ligadas aos proprietários rurais”, em outros termos, “pistoleiros” que fizeram justiça com as próprias mãos. A matéria principal, nas páginas internas, também não elucida o que quer dizer “ambos os lados estavam armados, havia espingardas e pistolas e arco e flecha”. Quem dispunha de espingardas e pistolas? Quem portava arco e flecha?

Tanto no caso dos negros como no dos indígenas, percebem-se repórteres e editores diligentes para informar e explicar fatos. Em nenhum deles aqui mencionados há o mínimo esforço para a compreensão de fenômenos sociais. O tom preconceituoso e o olhar restrito amplificam as diferenças em vez de procurar trazer compreensão. Não há quaisquer questionamentos sobre os direitos negados a humanos – negros ou índios.

Considerações finais: contrapontos possíveis

Casos e situações aqui apresentados mostram uma postura acrítica, desequilibrada

e preconceituosa em reportagens sobre indígenas e negros, seja pelo modelo de jornalismo praticado por órgãos de imprensa, seus repórteres e editores, seja pelo pensamento predominante entre a população de Santa Catarina e do Mato Grosso do Sul, onde esses episódios foram relatados. Esta reflexão me faz acreditar, no entanto, que mais que modelos e técnicas jornalísticos adotados pela imprensa, está o cenário desenhado pelo ideário eurocentrista que herdamos.

Darcy Ribeiro (1995, p. 120), em seu primoroso estudo *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, salienta:

Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os suplicou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos. Descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre servos da malignidade destilada e instalada em nós, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais quanto pelo exercício da brutalidade sobre homens, sobre mulheres, sobre crianças convertidas em pasto de nossa fúria.

A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista.

Creio que, enquanto grande parcela da população não tiver a mínima consciência sobre o que somos – gente sofrida pela brutalidade e o próprio bruto que tortura –, este quadro terá pouco a se alterar. Enquanto grande parcela do povo brasileiro não reconhecer que corre em nossas veias o sangue

do português, do índio, do negro, setores conservadores da imprensa (*mainstream*) também não cumprirão seu papel educativo de promover e estimular os direitos humanos. E continuarão a desumanizar o jornalismo.

Este cenário, no entanto, permite contrapontos. Justamente num momento em que os órgãos de comunicação passam por transformações em razão das inovações tecnológicas – internet rápida, equipamentos modernos individuais –, como salientam Charron e Bonville (2016), estes perdem espaço de assinantes e de publicidade, e são obrigados a reorganizar seus modelos de negócios. Porque essas tecnologias fazem sobressair o noticiário por meios eletrônicos, acessados em computadores, *tablets* e *smartphones*. Nesse mesmo quadro conturbado dos veículos tradicionais, emergem portais alternativos à mídia *mainstream*. Ganha importância (e visualizações) uma imprensa contra-hegemônica, a exemplo da imprensa alternativa nos anos 1970, como foram *O Pasquim*, o *Coojornal* e tantos outros.

Um sem número de novos títulos constituídos por coletivos de jornalistas tem conquistado audiência e colaboradores. Caracterizados como opções ao discurso hegemônico, esses portais têm focado as aspirações de minorias e abordagens diversificadas. Minoria não como uma fusão gregária mobilizadora, como massa, a multidão ou ainda um grupo, mas, como sublinha Muniz Sodré (2005, p. 11), “principalmente um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica”. O próprio autor estabelece características fundamentais que definem minorias: vulnerabilidade jurídico-social, identidade *in status nascendi*, luta contra-hegemônica e estratégias discursivas.

Assim, não só têm surgido portais focados em causas feministas, questões de gênero, indígenas, questões étnico-raciais, como aqueles que superam o discurso e as práticas dos meios tradicionais. Com a licença de citar apenas três, entre tantas iniciativas relevantes, ressalto aqui a *Agência Pública*, o *Brasil de Fato* e o portal *Desacato*, que abordam com frequência os assuntos tratados neste artigo. Pode-se observar nesses veículos não só o enfoque nos temas muitas vezes considerados tabus nos meios tradicionais, mas também sua postura de apresentar a “outra informação” sobre os fatos.

Boaventura de Sousa Santos, em *Sociologia das ausências e das emergências*, ao discorrer sobre a indolência da razão moderna – noções já mencionadas neste artigo – argumenta que a alternativa à sociologia das ausências e das emergências está o que nomeia de *razão cosmopolita*. Por esta, no seu entender, se estabelece uma “zona de contato” pela qual se realiza um *trabalho de tradução*. A tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, que incide tanto sobre os saberes como sobre as práticas (e seus agentes).

Alberto Dines (2008), em seu *Papel do jornal*, já alertava que o jornalista não pode ser “nem torcedor, nem *partisan*”¹⁷. Percebo, no entanto, que optar por um trabalho de tradução, como propõe Santos, não se trata de

assumir a postura de um torcedor ou de um *partisan*. Mas ampliar visões de mundo, ter maior abertura para ver e visibilizar o Outro. Alain Touraine (1998) assevera que não basta reconhecer o diferente, tampouco respeitar esse diferente; para ele, a alteridade consiste em se comunicar com o Outro, esse diferente. Comunicação, empatia, solidariedade.

[Figura 5]
Agência Pública, 1 out. 2019

[Figura 6]
Brasil de Fato, 2 abr. 2020

¹⁷ *Partisan* era um membro de uma tropa irregular formada para se opor à ocupação e ao controle estrangeiro de determinada área. O termo ficou conhecido durante a Segunda Guerra Mundial para se referir a certos movimentos de resistência à dominação alemã, principalmente no Leste Europeu.

O comportamento que a imprensa contra-hegemônica tem adotado, me parece, persegue esse esforço de tradução a que se refere Santos. Ao desvencilhar-se do manto

da objetividade, neutralidade e isenção, como salienta Fabiana Moraes (2019), pode se superar a ideia de um profissional vazio, que apenas relata os fatos, e almejar um jornalismo que integre subjetividade. Esta não como

antônimo da objetividade, mas como desafio do “deslocamento dos dogmas e reducionismos da visão de mundo para formas complexas que integram o sentir, o pensar e o agir” (MEDINA, 2006, p. 53).

[Figura 7]
Portal Desacato, 29 abr. 2020

Assim, a exemplo do que vem ocorrendo com boas referências dessa imprensa contra-hegemônica, se esta consciência for ampliada para mais profissionais, haverá expectativas promissoras de se alcançar um jornalismo que respeite e valorize a dignidade humana. Empatia, alteridade e solidariedade entre humanos poderão humanizar seu trabalho, como poderão contribuir para a humanização de sua audiência. ■

[JORGE KANEHIDE IJUIM]

Jornalista, doutor em Ciências da Comunicação/
Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da USP, realizou estágio pós-doutoral em Jornalismo na Universidade de Coimbra. Professor aposentado/voluntário do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: ijuimjor@gmail.com

Referências

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés**, São Paulo, 6 mar. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2zQmgsh>. Acesso em: 17 maio 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. **Natureza e transformação no jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2016.

DINES, Alberto. **O papel do jornal**: uma releitura. São Paulo: Summus, 2008.

IJUIM, Jorge Kanehide; URQUIZA, Antônio Hilário Aguilera; URQUIZA, Moema Guedes. Imprensa, indígenas versus ruralistas: As tensões entre o modelo desenvolvimentista e o bom viver (tekove porã). **Extraprensa**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 53-70, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3gTS8gc>. Acesso em: 27 dez. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil**: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2AVitK8>. Acesso em: 27 dez. 2017.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação**: comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MENEZES, Luiz Fernando. Seja bem-vindo, mas não se esqueça de ir embora: como a mídia catarinense retrata quem vem de fora. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO INTERCOM, 39., São Paulo, 2016. **Anais** [...]. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3dMlr2c>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo íntegro e integral. **Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204-219, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3cxv7MJ>. Acesso em: 17 maio 2020.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-118.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, out. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/307I2Cl>. Acesso em: 10 jul. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 23-72.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 11-22.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade**: o sujeito democrático. Bauru: Edusc, 1998.